

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, São Paulo, Sábado, 16, Domingo, 17 e Segunda-Feira, 18 de maio de 2026 | edição nº 1529

R\$ 2,50

DÓLAR SOBE MAIS DE 1% E ULTRAPASSA R\$ 5 COM CENÁRIO ELEITORAL E PIORA EXTERNA; BOLSA CAI

O preço do petróleo chegou a subir mais de 3% nesta sexta-feira (15) com as negociações estagnadas entre EUA e Irã para encerrar o conflito no Oriente Médio e liberar o tráfego no estreito de Hormuz, por onde passa 20% da produção mundial de petróleo e gás.

O barril Brent chegou a US\$ 109,75 às 13h (horário de Brasília), alta de 3,81% em relação ao fechamento de quinta-feira (14), no maior valor alcançado nos últimos dez dias. Em 5 de abril, ele foi a US\$ 114,44.

Já o petróleo WTI (West Texas Intermediate), usado nos EUA, alcançou US\$ 105,79 durante a sessão e

estava em US\$ 105,11 às 13h30.

Norte-americanos e iranianos voltaram a trocar farpas nesta sexta. O ministro de Relações Exteriores do Irã, Abbas Araqchi, disse que "não tem nenhuma confiança" nos EUA e que só pretende negociar quando houver uma "proposta séria".

Um dia antes, o presidente dos EUA, Donald Trump, havia afirmado que estava "perdendo a paciência" com os iranianos. Enquanto isso, os dois países continuam bloqueando o tráfego em Hormuz. Nesta sexta, a televisão estatal do Irã divulgou que mais de 30 embarcações foram autorizadas a transitar por

Hormuz, sendo "vários barcos chineses", com aval do regime iraniano.

Porém não se sabe se os navios foram impedidos pelos EUA, que estão bloqueando a chegada aos portos iranianos desde a metade de abril.

O mercado também se frustrou com a ausência de grandes anúncios após dois dias de reuniões entre EUA e China. Nesta sexta, os dois países encerraram os encontros com o discurso de que o estreito de Hormuz deve ser reaberto e que o Irã não deve ter armas nucleares, mas a China defendeu que é contra a militarização do trecho e a cobrança de pedágios.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Caixa já renegociou R\$ 820 milhões no novo Desenrola Brasil

Lula ironiza Flávio Bolsonaro e diz que 'aqui não tem dinheiro do Vorcaro'

Centrão repensa aliança com Flávio Bolsonaro após áudios que mostram proximidade com Vorcaro

Petróleo chega a subir 3,8% e atinge maior valor em dez dias após fim de reuniões entre EUA e China



Anvisa mantém proibição a Ypê e determina plano para devolução gradual de produtos



NO MUNDO

Xi prega estabilidade, enquanto Trump deixa Pequim com menos negócios que o esperado



O fim do encontro entre o líder do regime chinês, Xi Jinping, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em Pequim, foi marcado pela ausência de grandes anúncios. O americano voltou para Washington com menos negócios do que esperava, enquanto o chinês pregou a "estabilidade estratégica" como a nova moldura para a relação bilateral entre os países nos próximos anos.

Trump deixou a capital chinesa a bordo do Air Force One no meio da tarde desta sexta-feira (15) no horário local, madrugada do mesmo dia no Brasil, após uma manhã de reuniões com Xi

no complexo Zhongnanhai, local que abriga as principais lideranças do Partido Comunista Chinês e do regime. O encontro entre os dois deve se repetir neste ano. Xi aceitou o convite de Trump para uma visita em Washington. Segundo a mídia estatal, a viagem será organizada para o outono no hemisfério norte.

O americano viajou à China acompanhado de CEOs de algumas das maiores companhias do mundo na expectativa de fechar novos negócios e diminuir o déficit comercial, mas o divulgado até agora foi mais modesto do que o esperado pelos EUA.

Havia a expectativa, por

exemplo, de que Pequim comprasse cerca de 500 aeronaves da Boeing, mas a quantidade adquirida foi de 200. A última grande compra que o país asiático fez com a fabricante foi em 2017, durante a primeira viagem do americano à China como chefe de Estado, quando foram encomendadas 300 unidades.

Não foram publicados detalhes das negociações envolvendo os empresários, apenas relatos da Casa Branca indicando que Xi estaria disposto a abrir mais o mercado chinês para as empresas americanas, o que também foi considerado uma vitória por Washington.

Folhapress

FBI oferece R\$ 1 milhão por ex-agente acusada de espionagem para o Irã

O FBI anunciou nesta quinta-feira (14) uma recompensa de US\$ 200 mil (cerca de R\$ 1 milhão) por informações que levem à prisão de Monica Witt, ex-agente de contrainteligência dos EUA acusada de espionagem para o Irã.

Escritório do FBI em Washington disse que a recompensa vale por pistas que resultem na captura de Witt. Ela foi indiciada por um júri federal no Distrito de Columbia em fevereiro de 2019 por acusações de espionagem e transmissão de informações de defesa nacional ao governo iraniano.

Em 2019, o então Procurador-Geral Adjunto John Demers alegou que Witt foi alvo de aliciamento e recrutamento pelo Irã. No júri, ele disse que, após desertar, ela teria revelado ao Irã a existência de um "programa de coleta de informações altamente confidencial" e a identidade de um oficial de inteligência dos EUA, "colocando assim em risco a vida dessa pessoa".

Witt serviu na Força Aérea dos EUA entre 1997 e 2008 e depois trabalhou como contratada do governo até 2010. Segundo o FBI, ela atuou como especialista de inteligência e como agente especial do Air Force Office of Special Investigations (Escritório de Investigações Especiais da Força Aérea, na tradução para o português), o que lhe deu acesso a informações classificadas como secretas.

Acesso incluía dados de inteligência estrangeira e identidades reais de agentes infiltrados fora dos EUA. Segundo o FBI, em 2013, Witt desertou para o Irã e passou a fornecer informações ao governo iraniano, colocando em risco programas e informações sensíveis dos EUA.

Após sua deserção, funcionários do governo iraniano teriam abrigado a ex-agente. Segundo a acusação, eles forneceram a Witt "bens e serviços, incluindo moradia e equipamentos de informática", para facilitar seu trabalho para eles. Folhapress

Com governo fragilizado, Reino Unido se prepara para manifestação recorde da extrema direita



A pior semana do governo Keir Starmer terminará neste sábado (16) com uma manifestação de ultradireita nas ruas de Londres. O evento preocupa Downing Street a ponto de o primeiro-ministro, nesta sexta-feira (15), ter cumprido sua primeira agenda pública após a rebelião dentro do próprio partido no comando da Metropolitan Police.

"Estamos travando uma batalha pela alma deste país, e a marcha Unite the Kingdom deste fim de semana é um forte lembrete do que estamos enfrentando exatamente", declarou

o premiê durante a visita. "Seus organizadores estão incitando o ódio e a divisão."

Starmer está em uma batalha de sobrevivência política desde a semana passada, quando o Partido Trabalhista sofreu uma derrota histórica nas chamadas eleições locais. A legenda perdeu mais de 1.400 em conselhos e distritos, número equivalente ao ganho inédito alcançado pelo Reform UK, do populista Nigel Farage. Farage, representação política e histriônica do extremismo de direita britânico, é quase um moderado perto do organizador da marcha, Tommy Robinson,

ativista anti-imigração e islamofóbico, que promete "o maior evento da história do Reino Unido" neste fim de semana.

No ano passado, Robinson, descrito muitas vezes como um hooligan político, com passagens pela prisão e cujo nome verdadeiro é Stephen Yaxley-Lennon, reuniu mais de 100 mil pessoas no centro da capital, pressionando o gabinete de Starmer a tomar decisões relacionadas à imigração, o principal mote do protesto. Houve confronto com a polícia, que deteve vários manifestantes e, depois, manteve 23 presos. Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◀ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◀ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◀ EDITORIAL: Daniela Camargo
◀ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◀ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Caixa já renegociou R\$ 820 milhões no novo Desenrola Brasil



O presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, informou nesta sexta-feira (15) na capital paulista, que o banco já renegociou R\$ 820 milhões em dívidas do novo Desenrola Brasil.

O programa foi lançado no dia 4 de maio pelo governo federal LINK 1 e busca ajudar famílias, estudantes e pequenos empreendedores a renegociar dívidas, limpar o nome e recuperar o acesso ao crédito.

A nova fase da iniciativa terá duração de 90 dias e prevê descontos de até 90%, juros reduzidos e a possibilidade de uso do FGTS para abatimento de débitos.

Nesta semana, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, já havia informado que o programa Desenrola 2.0 estava perto de atingir R\$ 1

bilhão em débitos renegociados.

Em entrevista coletiva concedida nesta manhã para apresentação do balanço trimestral do banco, Vieira destacou que ainda há um "gap" para o uso do saldo do FGTS no programa, ou seja, o fundo ainda não vem sendo utilizado nessas negociações com a Caixa. Mas, segundo a diretoria do banco, o uso do fundo para essa finalidade deverá ser iniciado em breve, a partir do dia 25 de maio.

Ataques cibernéticos

Ao anunciar o balanço da instituição, Vieira disse que o banco teve um prejuízo no ano passado de cerca R\$ 20 milhões com o aplicativo Caixa Tem, segundo ele provocado por fraudes relacionadas a ataques cibernéticos. Por causa disso, informou, o banco vem re-

forçando os investimentos em tecnologia. Só neste ano, a expectativa é de que esses investimentos somem R\$ 5,9 bilhões.

"Nós estamos agora com praticamente zero de ataques no Caixa Tem", disse Vieira.

A Caixa Econômica Federal registrou um lucro líquido recorrente de R\$ 3,5 bilhões no primeiro trimestre do ano, queda de 34,4% em relação ao mesmo período do ano passado.

O resultado, que consta no balanço divulgado na noite de quinta-feira (14), foi impactado pelo forte aumento das provisões para perdas com crédito, que mais do que dobraram no período, em meio às novas regras regulatórias do Banco Central (BC) para cobertura de risco de inadimplência.

ABR

IBGE: setor de serviços recua 1,2% em março

O setor de serviços no Brasil recuou 1,2% em março de 2026, em relação ao mês anterior, após estabilidade em fevereiro. A queda foi acompanhada por todas as cinco atividades investigadas, com destaque para transportes, com recuo de 1,7%. Em relação a igual mês de 2025, o volume de serviços teve expansão de 3% em março de 2026.

As informações são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada nesta sexta-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado do ano, o volume de serviços expandiu 2,3% frente a igual período de 2025. Já o acumulado nos últimos 12 meses aumentou 2,8% em março de 2026.

O analista da pesquisa Luiz Carlos de Almeida Junior explica que nos últimos cinco meses, foram

observados um mês de estabilidade e quatro meses de variação negativa, o que faz com que o setor de serviços acumule queda de 1,7% desde outubro de 2025.

"Setorialmente, todas as cinco atividades investigadas mostraram queda na comparação com o mês imediatamente anterior. O setor de transportes foi o principal responsável pela queda observada no Brasil neste tipo de comparação. O recuo no setor foi influenciado principalmente pela queda observada no transporte rodoviário de cargas e no transporte aéreo de passageiro", disse o analista.

Segundo o IBGE, as demais quedas vieram dos serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,1%); de informação e comunicação (-0,9%); dos outros serviços (-2%); e dos serviços prestados às famílias (-1,5%).

ABR



Petróleo chega a subir 3,8% e atinge maior valor em dez dias após fim de reuniões entre EUA e China



O preço do petróleo chegou a subir mais de 3% nesta sexta-feira (15) com as negociações estagnadas entre EUA e Irã para encerrar o conflito no Oriente Médio e liberar o tráfego no estreito de Hormuz, por onde passa 20% da produção mundial de petróleo e gás.

O barril Brent chegou a US\$ 109,75 às 13h (horário de Brasília), alta de 3,81% em relação ao fechamento de quinta-feira (14), no maior valor alcançado nos últimos dez dias. Em 5 de abril, ele foi a US\$ 114,44.

Já o petróleo WTI (West Texas Intermediate), usado nos EUA, alcançou US\$ 105,79 durante a sessão e estava em US\$ 105,11 às 13h30. Norte-americanos e

iranianos voltaram a trocar farpas nesta sexta. O ministro de Relações Exteriores do Irã, Abbas Araçchi, disse que "não tem nenhuma confiança" nos EUA e que só pretende negociar quando houver uma "proposta séria".

Um dia antes, o presidente dos EUA, Donald Trump, havia afirmado que estava "perdendo a paciência" com os iranianos. Enquanto isso, os dois países continuam bloqueando o tráfego em Hormuz. Nesta sexta, a televisão estatal do Irã divulgou que mais de 30 embarcações foram autorizadas a transitar por Hormuz, sendo "vários barcos chineses", com aval do regime iraniano.

Porém não se sabe se os navios foram impedi-

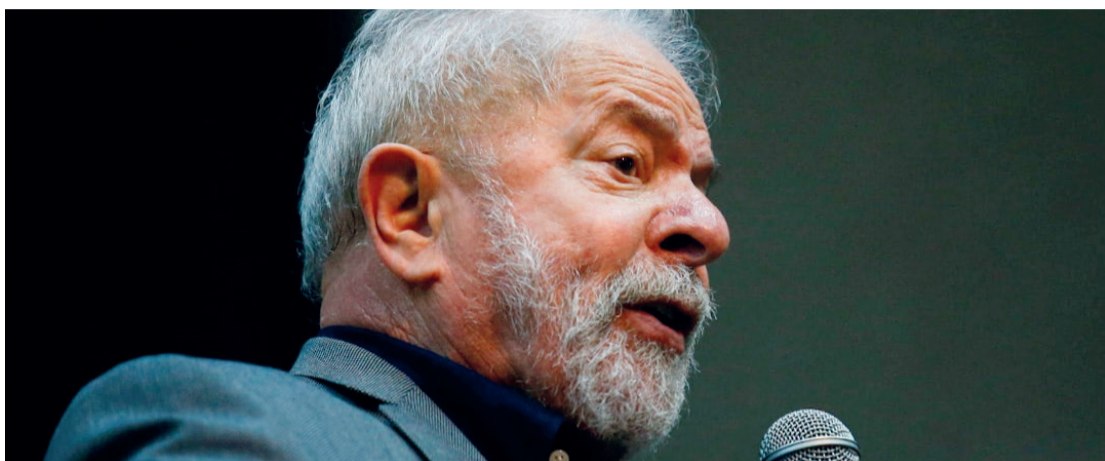
dos pelos EUA, que estão bloqueando a chegada aos portos iranianos desde a metade de abril.

O mercado também se frustrou com a ausência de grandes anúncios após dois dias de reuniões entre EUA e China. Nesta sexta, os dois países encerraram os encontros com o discurso de que o estreito de Hormuz deve ser reaberto e que o Irã não deve ter armas nucleares, mas a China defendeu que é contra a militarização do trecho e a cobrança de pedágios. Por sua vez, a Casa Branca afirmou que Xi teria manifestado interesse em comprar mais petróleo norte-americano para reduzir a dependência do Oriente Médio, o que não foi confirmado oficialmente pelo regime chinês.

Folhapress

POLÍTICA

Lula ironiza Flávio Bolsonaro e diz que 'aqui não tem dinheiro do Vorcaro'



O presidente Lula (PT) ironizou nesta sexta-feira (14) o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, ao participar de evento no interior de São Paulo, e voltou a defender a proibição do uso de inteligência artificial nas eleições deste ano.

As afirmações foram feitas no Hospital de Amor de Barretos (a 423 km de São Paulo), onde esteve para anunciar a construção de um centro de pesquisa e medidas de incentivo à realização de cirurgias robóticas pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Acompanhado do vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), e dos ministros Alexandre Padilha (Saúde)

e Frederico de Siqueira Filho (Comunicações), Lula se referiu ao caso envolvendo Flávio e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master, enquanto comentava sobre recursos liberados para o hospital, referência no tratamento oncológico no país.

"Aqui nesse hospital, aqui não tem dinheiro do Vorcaro", disse o petista, que foi ovacionado pelos presentes.

Flávio pediu dinheiro a Vorcaro para financiar o filme "Dark Horse", sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está preso, e o ex-banqueiro chegou a pagar R\$ 61 milhões para a produção, valor que supera os custos de filmes que venceram o Oscar, como "Ainda

Estou Aqui".

As informações, reveladas pelo The Intercept Brasil e confirmadas pela Folha de S.Paulo, mostram o senador se referindo a Vorcaro como "irmão". Flávio diz que o que ocorreu foi um filho procurar patrocínio privado para um filme sobre a história do pai.

Também em seu discurso de cerca de 20 minutos, o presidente afirmou novamente que não deveria haver inteligência artificial nas eleições e pediu que os eleitores, ao receberem supostas notícias nos seus celulares, pesquisem a procedência das mesmas. Também afirmou que o Brasil precisa voltar a ser humano e que é necessário "extirpar o ódio". Folhapress

Centrão repensa aliança com Flávio Bolsonaro após áudios que mostram proximidade com Vorcaro



Ala do centrão que caminhava para uma aliança com Flávio Bolsonaro (PL-RJ) agora prega cautela e quer postergar ao máximo a decisão sobre formar ou não uma coalizão em torno do opositor. O grupo ligou alertas após a divulgação de áudios do pré-candidato do PL pedindo dinheiro ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master.

É consenso no centrão que a revelação prejudicará o filho de Jair Bolsonaro (PL). Há ceticismo, porém, sobre o tamanho do impacto na intenção de votos do pré-candidato.

Dessa forma, lideranças de partidos do centrão, como União Brasil, PP e Republicanos, avaliam que é a hora de esperar primeiro as

pesquisas e, depois, se novas revelações virão à tona.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, a federação União Brasil-PP estava em forte negociação com Flávio Bolsonaro e tendia a uma aliança formal, com liberação de filiados em estados onde a associação ao presidente Lula (PT) é mais conveniente. No Republicanos, diversos diretórios pressionavam por apoio ao filho de Bolsonaro, mas nessa sigla o senador encontra mais dificuldade de diálogo.

Neste momento, Flávio Bolsonaro enfrenta uma crise de confiança interna. Integrantes do PL dizem que em mais de uma ocasião o senador afirmou, internamente, que não teria esqueletos no armário sobre o

Bolsonaristas veem Tarcísio distante e querem apoio maior a Flávio

O primeiro posicionamento do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) diante da crise gerada pelas relações entre Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Daniel Vorcaro, do Banco Master, desagradou bolsonaristas em São Paulo.

Embora Tarcísio tenha defendido o senador, dizendo que ele prontamente prestou esclarecimentos sobre o tema, as avaliações colhidas pela Folha com três apoiadores do clã Bolsonaro, sob condição de reserva, foram no sentido de que o governador buscou se distanciar de Flávio.

A crise foi deflagrada na quarta-feira (13), quando o site The Intercept Brasil revelou que Flávio negociou diretamente com Vorcaro um financiamento para a produção de um filme biográfico sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Segundo a reportagem, de R\$ 134 milhões previstos, ao menos R\$ 61 milhões foram transferidos de fevereiro a maio de 2025. Vorcaro está preso desde novembro do ano passado, e o Banco Master foi liquidado pelo Banco Central

poucos dias depois.

Flávio, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro e outros parlamentares do grupo têm focado a defesa do senador no argumento de que o financiamento do filme foi feito sem recursos públicos. Eles se dizem a favor também de uma apuração mais ampla, por meio de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre o Master.

Ao dizer que o tema "preocupa", Tarcísio não fez referência a esses argumentos e, ao destacar que o senador "imediatamente procurou dar todos os esclarecimentos", afirmou que Flávio deveria continuar dando respostas --o que, entre aliados, indicou que, para o governador, as explicações não bastavam.

Uma eventual CPI do Master não conta com apoio do centrão no Congresso --que tem nomes citados nas investigações do escândalo. Os desvios no Master, que causaram um rombo de R\$ 47 bilhões ao FGC (Fundo Garantidor de Crédito), contaram com recursos de investidores privados e também de fundos de pensão de servidores públicos. Folhapress

caso Master. Dessa forma, aliados que fazem parte da campanha reclamam que foram pegos de surpresa, sem qualquer tipo de plano estabelecido.

Longe de condenar moralmente a relação de Flávio com o Master, o centrão que também tem integrantes na mira da investigação da fraude quer esperar para não ser ainda mais tragado para a crise ou morrer abraçado a um candidato que pode enfraquecer. Seus integrantes também preferem observar de longe o desenrolar da crise no PL.

Lideranças do centrão perceberam o clima de "barata voa" após a divulgação do áudio e acompanharam com atenção as repercussões. Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

ADS Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 13.439.535/0001-05

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Controladora		Consolidado		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024						
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6.490	10.373	27.132	23.749	159.888	40	3.160	8.550	-	171.638
Contas a receber de clientes	-	-	9.918	13.519	-	-	-	-	17.317	17.317
Impostos a recuperar	476	231	957	412	-	-	866	-	(866)	-
Dividendos a receber	4.447	4.033	-	-	-	-	-	(1.272)	-	(1.272)
Outras contas a receber	4.559	-	9.782	4.629	-	-	-	12.338	(12.338)	-
Total do ativo circulante	15.972	14.637	47.789	42.309	159.888	40	4.026	19.616	-	183.570
Ativo não circulante										
Títulos e valores mobiliários	-	-	60.286	51.689	-	-	-	-	2.499	2.499
Depósitos judiciais	-	-	1	243	-	-	125	-	(125)	-
Investimentos	174.969	173.641	-	-	-	-	-	(14.000)	(594)	(594)
Direito de uso de ativos	-	-	4.678	4.866	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	211.571	230.506	-	-	-	-	(1.780)	(14.000)
Intangível	-	-	754	6.733	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	174.969	173.641	277.290	294.037	159.888	40	4.151	7.396	-	171.475
Total do ativo	190.941	188.278	325.079	336.346						

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	20.011	19.549
Fornecedores	535	-	2.339	1.001
Passivo de arrendamento	-	-	190	172
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	343	338
Tributos a pagar	51	-	564	397
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	667	568
Dividendos a pagar	18.880	4.286	18.707	4.113
Outras contas a pagar	-	422	30.645	21.879
Total do passivo circulante	19.466	4.708	73.466	48.017
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	73.738	91.116
Passivo de arrendamento	-	-	5.693	5.437
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	153
Provisão para perdas com processos	-	-	18	31
Provisão para desmobilização	-	-	689	8.022
Total do passivo não circulante	-	-	80.138	104.759
Patrimônio líquido				
Capital social	159.888	159.888	159.888	159.888
Adiantamento para futuro aumento de capital	40	40	40	40
Reserva legal	4.151	4.026	4.151	4.026
Reserva de lucros	7.396	19.616	7.396	19.616
Total patrimônio líquido	171.475	183.570	171.475	183.570
Total do passivo e patrimônio líquido	190.941	188.278	325.079	336.346

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Demonstrações dos Resultados				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024				
Receita operacional líquida	-	-	55.583	65.543
Custo dos produtos vendidos	-	-	(41.451)	(39.387)
Lucro bruto	-	-	14.132	26.156
Despesas operacionais	(245)	-	(4.480)	(3.537)
Gerais e administrativas	(141)	3	(64)	4.477
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.745	16.975	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.359	16.978	(4.544)	940
Lucro operacional	1.359	16.978	9.588	27.096
Resultado financeiro, líquido	1.190	398	(2.602)	(5.834)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.549	17.376	6.986	21.262
Imposto de renda e contribuição social	(50)	(59)	(4.487)	(3.945)
Lucro líquido do exercício	2.499	17.317	2.499	17.317
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,01	0,11	0,02	0,11

	Controladora e consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Demonstrações dos Resultados Abrangentes		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
Lucro líquido do exercício	2.499	17.317
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	2.499	17.317

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.549	17.376	6.986	21.262
Ajustes	-	-	18.225	18.313
Depreciação e amortização	-	-	(15)	(299)
Provisão para contingências	-	-	-	-
Perdas (ganhos) monetários não realizados de atividades financeiras	-	-	-	7
Juros sobre financiamentos e instrumentos financeiros	-	-	9.620	11.100
Equivalência patrimonial	(1.745)	(16.975)	-	-
Baixa do ativo imobilizado	-	-	-	642
Provisão de juros	-	-	2.525	967
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	-	-	(9.723)	(6.091)
Variáveis nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	3.601	(45)
Impostos a recuperar	(292)	(38)	(545)	(58)
Outras contas a receber	(4.559)	-	(5.153)	(4.270)
Fornecedores	535	-	1.338	639
Impostos a recolher e obrigações sociais e tributárias	50	-	(1.183)	(1.834)
Outras contas a pagar	(421)	92	8.766	7.597
Depósitos judiciais	-	-	242	32
Caixa proveniente das operações	(3.883)	455	34.691	48.010
Recebimento de dividendos	-	11.737	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(8.588)	(10.082)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.186)	(2.199)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.883)	12.192	22.917	35.729
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.126	(4.528)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	(380)	(1.187)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	-	746	(5.715)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	-	(4.049)	-	(4.049)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	-	-	(19.402)	(19.087)
Pagamento de passivo de arrendamento	-	-	(878)	(860)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(4.049)	(20.280)	(23.996)
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	(3.883)	8.143	3.383	6.018
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.373	2.230	23.749	17.731
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.490	10.373	27.132	23.749
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	(3.883)	8.143	3.383	6.018

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A ADS Energias Renováveis S.A. (“ADS Energias” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, constituída em 30 de março de 2011 e tem como objeto social: (a) a exploração no Brasil ou em outros países, direta ou indiretamente, dos negócios de geração de energia elétrica provenientes de pequenas centrais hidrelétricas, termelétricas a biomassa, cogeração a partir de biomassa, eólicas, centrais geradoras fotovoltaicas e termos solares, bem como suas instalações de transmissão de interesse restrito e instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (“ICGs”); (b) a comercialização de energia elétrica nas diferentes formas e modalidades, participando de todos os segmentos dos mercados especializados, inclusive leilões de compra e venda de energia elétrica; (c) o desenvolvimento de todas as atividades e a prestação de todos os serviços associados ou necessários às atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, em todas as formas e modalidades, no âmbito do setor elétrico; (d) o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, no Brasil e em outros países; e (e) a participação no capital social de outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica provenientes de fontes alternativas. Os empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica (“Projetos”), de propriedade das controladas da Companhia, fazem parte do Complexo Corredor do Senandes (“Complexo”), constituído de 04 parques eólicos com capacidade instalada de 108,0 MW em um total de 40 aerogeradores, todos em plena operação, que compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. Os Projetos foram vencedores do Leilão de Energia de Reserva (“LER”) realizado em 18 de agosto de 2011 (“LER 2011”), tendo contratado a comercialização de 50,5 MW médios pelo prazo de 20 anos. Os projetos estão autorizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a operar como produtores independentes de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia desenvolve atividades empresariais no segmento de energias alternativas no Brasil através de suas controladas diretas e indiretas, em estruturas integradas denominadas de parques eólicos (“Parques” ou “Projeto”): • ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. (“Complexo do Senandes”); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A. (“Corredor do Senandes 2”); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. (“Corredor do Senandes III”); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. (“Corredor do Senandes IV”); • ADS ER Eólica Vento Aragono I S.A. (“Vento Aragono I”). **1.1. Consolidação:** a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: i) **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir

da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. ii) **Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

Controladas diretas	País	Controle direto e indireto no capital social (%)	
		31/12/2025	31/12/2024
ADS ER Complexo Senandes S.A.	Brasil	100	100
Controladas indiretas			
ADS ER Vento Aragono S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes II S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes III S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes IV S.A.	Brasil	0,01	0,01

b) **Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

Maury Eduardo de Carvalho Bastos – Diretor Presidente
Murilo Pastrello – Contador CRC SP 1SP 285.494/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A Diretoria e Quotistas da ADS Energias Renováveis S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ADS Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-027.623/F
Cristiane Cléria S. Hilario
CRC SP-243.766/O

PUBLICIDADE LEGAL

Ônix Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ n.º 31.993.808/0001-40 - NIRE n.º 35300548604
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os senhores acionistas da Ônix Participações e Empreendimentos S/A a se reunirem em Assembleia Extraordinária, na data de 27 de Maio de 2026, às 11:00 horas, de forma presencial, na sede social da Empresa na Rua Rio Negro nº 503, sala 1205 Bairro Alphaville, município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Destituição dos Conselheiros da Administração Ana Gabriela Baptista e Anderson Rivas de Almeida. **b)** Eleição de novos membros para o Conselho de Administração; **c)** Levantamento e apuração dos valores atualizados de mútuo que a empresa deve aos acionistas; **d)** aprovação para elaboração de cronograma de pagamento dos valores de mútuo, pela Diretoria da Empresa; **e)** Destituição e/ou Ratificação da destituição de Ana Gabriela Baptista do cargo de Diretora da Companhia (Cl. 2.4, v do Acordo de Acionistas). São Paulo, 15 de Maio de 2026. **Marcelo Frazzatto Colesi de Vasconcelos Galvão** - Presidente do Conselho de Administração e representante legal da acionista Yasmin Internacional LTO. (16, 29 e 20/05/2026)

Ônix Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ n.º 31.993.808/0001-40 - NIRE n.º 35300548604
Edital de Convocação - Conselho de Administração

São convocados os senhores Conselheiros de Administração da Ônix Participações e Empreendimentos S/A a se reunirem, na data de 25 de Maio de 2026, às 11:00 horas, de forma presencial, na sede social da Empresa na Rua Rio Negro nº 503, sala 1205 Bairro Alphaville, município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Destituição de Ana Gabriela Baptista do cargo de Diretora da Companhia; **b)** Eleição da nova Diretoria da Companhia. São Paulo, 15 de Maio de 2026. **Marcelo Frazzatto Colesi de Vasconcelos Galvão** - Presidente do Conselho de Administração e representante legal da acionista Yasmin Internacional LTO. (16, 19 e 20/05/2026)

Delta Global Sociedade de Credito Direto S.A.

CNPJ nº 55.823.094/0001-90

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/12/2025

Data, Hora e Local: Em 17/12/2025, às 11hs, na sede social. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas da Companhia, representando a totalidade do seu capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Henrique Ricco Oliveira, Secretário: Sr. Marcos Gustavo da Cunha Valle. **Considerações Preliminares:** Os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **Deliberações aprovadas:** Aprovada a abertura de um Posto Avançado de Atendimento na cidade de Coronel Domingos Soares - PR, conforme endereço no quadro abaixo: Endereço: Rua Vereador José Maria Seles da Silveira, s/n, Centro, CEP 85557-000, Coronel Domingos Soares - PR. Fora esclarecido que a abertura do Posto de Atendimento atende a Resolução 4.072 de 26/04/2012 e atualizações do Conselho Monetário Nacional. Nada mais. São Paulo, 17/12/2025. JUCESP nº 046.201/26-9 em 10/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Delta Global Sociedade de Credito Direto S.A.

CNPJ nº 55.823.094/0001-90

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/01/2026

Data, Hora e Local: Em 23/01/2026, às 10hs, na sede social. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas da Companhia, representando a totalidade do seu capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Henrique Ricco Oliveira, Secretário: Sr. Marcos Gustavo da Cunha Valle. **Considerações Preliminares:** Os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **Deliberações aprovadas:** 6.1. Declarar ciência acerca do pedido de renúncia do Diretor sem Designação Específica. Sr. Luis Roberto Satoshi Higuchi, brasileiro, Analista de Sistemas, conforme Termo de Renúncia constante do Anexo I a presente ata. 6.1.1. Foi consignado ao Diretor renunciante um voto de agradecimento pelos serviços prestados. A Companhia e o Diretor renunciante outorgaram-se, mutuamente, a mais ampla, rasa, geral, irrestrita, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, título ou pretexto, com relação ao exercício do mandato e aos atos praticados, exceto em caso de fraude ou crime. 6.1.2. Ressalta-se que as responsabilidades do Banco Central do Brasil que estavam com o Diretor renunciante, foram transferidas temporariamente ao Diretor Marcos Gustavo da Cunha Valle. 6.2. Consolidar o quadro de diretores estatutários da Companhia junto ao Banco Central do Brasil ("BCB"). 6.2.1. face a renúncia deliberada no item anterior, ressaltando que o mandato dos membros em curso se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral a ser realizada em 23/11/2026, a saber: **Diretoria:** (mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral a ser realizada em 23/11/2026): Pedro Henrique Ricco Oliveira, Diretor Presidente; Marcos Gustavo da Cunha Valle, Diretor sem Designação Específica. Nada mais. São Paulo, 23/01/2026. JUCESP nº 058.319/26-8 em 26/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Delta Global Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ nº 55.823.094/0001-90 - NIRE/JUCESP nº 35300641949

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2025

Data, Hora e Local: Em 29/12/2025, às 11hs, na sede social. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas da Companhia, representando a totalidade do seu capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Pedro Henrique Ricco Oliveira, Secretário: Sr. Marcos Gustavo da Cunha Valle. **Considerações Preliminares:** Os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **Deliberações aprovadas:** 6.1. Aprovar a distribuição de dividendos intermediários apurados no exercício de 2025, relativo ao período de 1º de janeiro a 29/12/2025, no montante de R\$ 4.000.000,00 à base de, aproximadamente, R\$ 0,9091, por ação, independentemente de sua classe, na proporção de suas participações no capital social da Companhia, com base nas ações possuídas nesta data. 6.2. Ficou definido que o pagamento dos dividendos no montante de R\$ 4.000.000,00 será efetuado por meio de transferência bancária ou PIX e da seguinte forma: (i) R\$ 1.600.000,00 até 31/12/2025 e (ii) R\$ 2.400.000,00 até 31/12/2028. 6.3. O cronograma de pagamento e de utilização dos valores relativos à distribuição de dividendos poderá ser livremente ajustado pela administração conforme disponibilidade de caixa, condições financeiras da Companhia e eventuais alterações tributárias ou de mercado que impactem a saúde financeira do negócio. Nada mais. São Paulo, 29/12/2025. JUCESP nº 1.043.743/26-1 em 26/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Carpe Holding S.A.

CNPJ/MF nº 28.441.051/0001-78

Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da **Carpe Holding S.A.** ("Companhia"), sociedade anônima, com sede na Rua Canadá, nº 271, Bairro Jardim América, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.436-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.441.051/0001-78, convocados a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, na sede da Companhia, no dia 22 de maio de 2026, às 14h00, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e deliberar sobre a prestação de garantia financeira no montante total aproximado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e prestação de aval pela Companhia em operação a ser contratada pela Fiber Citrus Indústria e Comércio S.A., tendo como credor o Banco Rendimento S.A., no valor total aproximado de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); (ii) examinar, discutir e deliberar sobre a prestação de aval em renegociação de dívida com a Salmeron Energia Renovável e Proteção ao Clima de SP Ltda., como credora, e Fiber Citrus Indústria e Comércio S.A., como devedora, no valor total aproximado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Os documentos relacionados à Ordem do Dia em Assembleia Geral Extraordinária foram encaminhados previamente aos acionistas e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Cidade de São Paulo (SP), 14 de maio de 2026. Atenciosamente, Sra. **Dóris Carneiro** - Presidente do Conselho de Administração. (15, 16 e 19/05/2026)

Carpe Holding S.A.

CNPJ/MF nº 28.441.051/0001-78

Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da **Carpe Holding S.A.** ("Companhia"), sociedade anônima, com sede na Rua Canadá, nº 271, Bairro Jardim América, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.436-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.441.051/0001-78, convocados a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, na sede da Companhia, no dia 22 de maio de 2026, às 10h00, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e deliberar sobre o certificado de depósito bancário a ser emitido pela ITV Urbanismo Ltda. e garantido pela Companhia no valor total aproximado de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). (ii) examinar, discutir e deliberar sobre a captação de recursos a ser realizada pela Companhia, tendo como agente escriturador a Planner Corretora de Valores S.A. no valor total aproximado de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Os documentos relacionados à Ordem do Dia em Assembleia Geral Extraordinária foram encaminhados previamente aos acionistas e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Cidade de São Paulo (SP), 13 de maio de 2026. Atenciosamente, Sra. **Dóris Carneiro** - Presidente do Conselho de Administração. (15, 16 e 19/05/2026)

Adiplan Banco de Imóveis e Participações Ltda.

CNPJ nº 54.463.138/0001-56 - NIRE 35211027978

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Carlos Antonio Munhoz Bonilha, na qualidade de Sócio Administrador da **Adiplan Banco de Imóveis e Participações Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 54.463.138/0001-56, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP/NIRE 35211027978, com sede localizada na Alameda Madeira, 162, sala 703 - 7º andar, Alphaville Industrial na cidade de Barueri/SP, CEP 06454-010 ("Sociedade"), convoca seus quotistas para a Reunião de Sócios a ser realizada na sede da empresa e, simultaneamente, via videoconferência, tal como autorizado pelo artigo 1.080-A do Código Civil, por meio do link: <https://teams.microsoft.com/join/226870138298571?p=js5BCpI31GNJpgYAY5>, no dia 22 de maio de 2026, às 11hs em primeira convocação, se presentes sócios representativos de 3/4 (três quartos) do capital social, e às 11:15 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia:** 1) Deliberar sobre a continuidade da Sociedade, nos termos do art. 1.028, II, do Código Civil, tendo em vista o falecimento do sócio Antônio Munhoz Bonilha Filho; 2) Caso os sócios decidam pela não continuidade, deliberar sobre a liquidação da Sociedade e seus reflexos, inclusive com a nomeação de Liquidante, com a extinção da Sociedade, por sua dissolução total. **Informações Gerais:** Os sócios que assim desejarem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos legais e do Contrato Social da Sociedade. São Paulo, 12/05/2026. **Carlos Antonio Munhoz Bonilha.** (14, 15 e 18/05/2026)

Adiplan Engenharia Ltda.

CNPJ nº 07.807.684/0001-87 - NIRE 35220410033

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Carlos Antonio Munhoz Bonilha, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.953.329 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 000.301.888-35 e do CREA nº 139.053/D na qualidade de Sócio Administrador da **Adiplan Engenharia Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 07.807.684/0001-87, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP/NIRE 35220410033, com sede localizada na Rodovia Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 20, Franco da Rocha/SP, convoca seus quotistas para a Reunião de Sócios a ser realizada na sede da empresa e, simultaneamente, via videoconferência, tal como autorizado pelo artigo 1.080-A do Código Civil, por meio do link: <https://teams.microsoft.com/join/236460364486057?p=LqXTMCREkYz2k82mw>, no dia 22 de maio de 2026, às 10hs em primeira convocação, se presentes sócios representativos de 3/4 (três quartos) do capital social, e às 10:15 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia:** 1) Deliberar sobre a continuidade da Sociedade, nos termos do art. 1.028, II, do Código Civil, tendo em vista o falecimento do sócio Antônio Munhoz Bonilha Filho; 2) Caso os sócios decidam pela não continuidade, deliberar sobre a liquidação da Sociedade e seus reflexos, inclusive com a nomeação de Liquidante, com a extinção da Sociedade, por sua dissolução total. **Informações Gerais:** Os sócios que assim desejarem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos legais e do Contrato Social da Sociedade. São Paulo, 12/05/2026. **Carlos Antonio Munhoz Bonilha.** (14, 15 e 18/05/2026)

VR Editora S.A.

CNPJ/MF nº 02.817.648/0001-80 - NIRE 35.300.418.450

Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de abril de 2026

Data, Hora e Local: 20/04/2026, às 10h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Sra. Sevani de Matos Oliveira; Secretário: Sr. Cristiano Vander Rodrigues. **Ordem do Dia:** (a) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (b) destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; e (c) outros assuntos de interesse social. **Deliberações Tomadas pela Unanimidade de Votos:** (a) foram aprovados o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2025. Tendo em vista os resultados da Companhia durante o ano 2025, não serão declarados dividendos. (b) fica autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário. **Encerramento:** Nada mais a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrados os trabalhos, suspendendo a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Acionistas presentes: Antonio Augusto Ferreira Alves p.p. Cristiano Vander Rodrigues, Maria Celeste Ferreira Alves p.p. Cristiano Vander Rodrigues, Maria Nazareth Ferreira Alves p.p. Cristiano Vander Rodrigues, Maria Mercedes Miccio p.p. Cristiano Vander Rodrigues, Maria Florencia Miccio p.p. Cristiano Vander Rodrigues e Sofia Inês Miccio p.p. Cristiano Vander Rodrigues. **Sevani Matos Oliveira** - Presidente; **Cristiano Vander Rodrigues** - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 184.432/26-1 em 04/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Copa S.A.

Companhia de Obras Pariquera Açu

CNPJ/MF nº 33.253.106/0001-56

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/25 e 31/12/24 (Valores arredondados em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL		
	2025	2024
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	22.164.382	21.091.575
Clientes a receber	8.608.765	10.633.556
Tributos a recuperar	1.791.644	1.186.818
Outros ativos	430.416	207.470
Total do ativo circulante	32.995.208	33.119.419
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas	6.400.000	1.268.747
Outros ativos	488.112	226.495
Total não circulante	6.888.112	1.495.242
Total do ativo	39.883.320	34.614.661
Passivo		
Passivo circulante		
Fornecedores	8.280.875	10.849.505
Impostos e contribuições a recolher	308.239	437.677
Salários e contribuições sociais	826.233	772.985
Total do passivo circulante	9.415.347	12.060.167
Passivo não circulante		
Partes Relacionadas	8.410.273	4.143.213
Total passivo não circulante	8.410.273	4.143.213
Patrimônio líquido		
Capital social	10.925.000	10.925.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.100.000	-
Reservas de lucros	14.037.463	14.037.463
Lucros acumulados	4.990.009	3.263.639
Total do patrimônio líquido	32.052.472	28.226.102
Total do passivo e patrimônio líquido	49.878.091	44.429.482
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	2025	2024
Receita líquida de vendas	31.579.130	64.725.804
Custo operacionais	(33.590.895)	(61.108.365)
Lucro bruto	(2.011.765)	3.617.439
Despesas operacionais:		
Comerciais	(83.430)	(421.106)
Administrativas	(3.194.474)	(4.227.236)
Outras (despesas) receitas	4.117	7.222
Resultado operacional	(5.285.551)	(1.023.680)
Receita financeira	8.162.726	5.984.982
Despesa financeira	(32.558)	(41.662)
Resultado financeiro líquido	8.130.168	5.943.320
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.844.617	4.919.640
Imposto de renda e contribuição social	(1.118.247)	(1.656.001)
Resultado líquido do exercício	1.726.370	3.263.639
Renato Redis - Diretor Administrativo Lucas Francisco Bugati da Cunha - Contador - CRC: 1SP 295.199-03		

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,0648 / R\$ 5,0654 **

Câmbio livre mercado - R\$ 5,0643 / R\$ 5,0663 *

Turismo - R\$ 5,0959 / R\$ 5,2759

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: +1,58%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação:

−0,61%

Pontos: 177.283

Volume financeiro: R\$ 71.323 bilhões

Maiores altas: Dotz SA (33,79%), DOTZ3F SA (21,36%), Cia

Tecidos Santanense SA (13,16%)

Maiores baixas: Fiset Pesca Fiset (-66,67%),

Bardella SA (-18,80%), Alphaville SA (-17,86%)

S&P 500 (Nova York): -1,24%

Dow Jones (Nova York): -1,07%

Nasdaq (Nova York): -1,54%

CAC 40 (Paris): -1,6%

Dax 30 (Frankfurt): -2,07%

Financial 100 (Londres): -1,71%

Nikkei 225 (Tóquio): -1,99%

Hang Seng (Hong Kong): -1,62%

Shanghai Composite (Xangai): -1,02%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -1,12%

Merval (Buenos Aires): -1,44%

IPC (México): -1,78%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Maio 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%

Julho 2025: 0,26%

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

Outubro 2025: 0,09%

Novembro 2025: 0,18%

Dezembro 2025: 0,33%

Janeiro 2026: 0,33%

Fevereiro 2026: 0,70%

Março 2026: 0,88%

Abril 2026: 0,67%



PUBLICIDADE LEGAL

Liberação do FGTS no Desenrola atrasou para incluir juros de maio, diz Caixa

Segundo a Caixa Econômica Federal, o uso do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) no Desenrola 2.0 demorou a ser liberado para que o saldo fosse impactado pela rentabilidade mensal de maio.

"Estávamos preparados para o dia 13 [de maio] para iniciar a operação. Só que a gente entendeu que era melhor estender um pouco esse prazo para que a gente aproveitasse a oportunidade do crédito do juros de atualização monetária, que ocorre no dia 21 de todo mês. Entendemos que para os trabalhadores seria mais vantajoso", disse Rodrigo Hori, vice-presidente da Caixa, nesta sexta-feira (15).

"Quando saiu a publicação da medida provisória, a gente se uniu com o governo, especialmente o Ministério do Trabalho e o Ministério da Fazenda, para a gente conseguir maximizar o programa, a política, e a gente atender o maior número de trabalhadores", disse o executivo.

O novo Desenrola Brasil foi lançado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no dia 4 de maio, mas o uso do FGTS para quitar ou amortizar dívidas será liberado apenas em 25 de maio. Uma vez que o trabalhador acesse o recurso para quitar dívidas, o fundo tem até 30 dias para repassá-lo ao banco em que a renegociação foi feita.

Quando anunciou o programa, o governo disse que poderiam ser usados para pagar dívidas até R\$ 8,2 bilhões do fundo. Organizado pelo Ministério da Fazenda, o programa prevê um prazo de 90 dias para que trabalhadores renegociem dívidas bancárias.

Mesmo sem o recurso disponível, a Caixa já renegociou R\$ 820 milhões pelo Desenrola.

Folhapress

Newsul S.A. Embalagens e Componentes

CNPJ/MF nº 00.386.430/0001-93 – NIRE 43.300.044.394 – Bento Gonçalves-RS

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1) Data, Hora, Local: 16/12/2020, 14h, na sede social situada na Linha Leopoldina, Km 06, Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves-RS. **2) Presenças:** acionistas representando a totalidade do capital social. **3) Mesa:** Presidente, Dr. José Carlos Estefenon; Secretário, Sr. Carlos Geraldo Bernardes Coelho Silva. **4) Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos diretores e deliberar sobre o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2019; (ii) deliberar sobre o lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos, (iii) eleger a Diretoria (iv) fixar a remuneração da administração; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alterar o endereço da sede para o Estado de São Paulo; (ii) alterar o endereço da filial de Cosmópolis/SP para Bento Gonçalves/RS; (iii) adaptar o CEP da filial de Camaçari/BA, (iv) Consolidar o Estatuto Social. **5) Publicações:** o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras foram publicadas no Diário Oficial do Estado e no jornal Diário Gaúcho em 26/06/2020. **6) Deliberações:** a Assembleia aprovou, por unanimidade: 6.1) que esta ata seja lavrada na forma de sumário; **Em Assembleia Geral Ordinária:** 6.2) a dispensa da leitura dos documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas; 6.3) o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2019; 6.4) ratificar a constituição da reserva legal, conforme as demonstrações financeiras, com distribuição de dividendos em 50% do resultado. O saldo do lucro líquido do exercício será levado à conta de Reservas de Lucros. 6.5) a eleição dos membros da Diretoria, para um mandato de 2 anos: **José Carlos Estefenon**, CPF 200.935.940-20, RG 3001151566 SSP/RS, **Diretor Presidente**; e **Dazir Longhi**, CPF nº 312.058.440/15, RG 2014132101 SJS/RS, **Diretor**. **Carlos Geraldo Bernardes Coelho Silva**, CPF nº 264.549.470/68, RG 4002394676 SJS/RS, **Diretor**. 6.6) a remuneração dos Diretores anual e conjunta, de até R\$ 900.000,00, cuja distribuição entre será realizada em reunião de diretoria. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 6.7) transferir o endereço da sede para a Rodovia SP 332, Km 136, Itapavussu, Cosmópolis-SP. Sendo assim, o "caput" do Artigo 2º do Estatuto Social passa a ter a seguinte nova redação: **"Art. 2º.** A sociedade tem sede e foro na cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo/SP, na Rodovia SP 332, Km 136, Bairro Itapavussu – CEP 13.130-000, podendo por deliberação de sua administração instalar, transferir ou extinguir filiais, escritórios ou outros estabelecimentos, em qualquer parte do país ou no exterior." 6.8) transferir o endereço da filial da Rodovia SP 332, Km 136, Itapavussu, Cosmópolis-SP, CNPJ nº 00.386.430/0003-55 e NIRE 35903872217, para a Linha Leopoldina, Km 06, Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves-RS, onde a Companhia possui sua sede. 6.9) adaptar o endereço da filial localizada em Camaçari/BA, CNPJ nº 00.386.430/0002-74 e NIRE 29900779742. Sendo assim, o endereço passa a ser: Via Axial, s/n, Área de Usos Especiais, Pólo Petroquímico de Camaçari, Camaçari/BA. 6.10) a consolidação do Estatuto Social. **7) Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata. **8) Assinaturas: Acionistas:** José Carlos Estefenon, Vera Lúcia Estefenon Scussel, Nelson Bortolini, Daniel Egidio Basile, Paulo Roberto Crippa, Emilio Ristow, Dazir Longhi e Carlos Geraldo Bernardes Coelho Silva. Bento Gonçalves-RS, 16/12/2020. José Carlos Estefenon – Presidente; Carlos Geraldo Bernardes Coelho Silva – Secretário. **Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** Newsul S.A. **Embalagens e Componentes** é uma sociedade anônima que se regerá por este estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A sociedade tem sede e foro na cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 332, Km 136, Bairro Itapavussu – CEP 13.150-000, podendo por deliberação de sua administração instalar, transferir ou extinguir filiais, escritórios ou outros estabelecimentos, em qualquer parte do país ou no exterior. **Parágrafo único:** a companhia possui as seguintes filiais: **a)** situada na Via Axial, s/n, Área de Usos Especiais, Bairro Pólo Petroquímico de Camaçari, em Camaçari/BA, CEP 42.816-010. **b)** situada na Linha Leopoldina, Km 06, Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves-RS, CEP 95.711-000. **Artigo 3º.** A sociedade tem por objetivos sociais a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de artefatos de material plástico para embalagens e acondicionamento em geral. **Artigo 4º.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital e das Ações. Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 30.000.000,00, dividido em 30.000.000 de ações nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo 15.000.000 de ações ordinárias e 15.000.000 de ações preferenciais. **Artigo 6º.** A sociedade poderá, nos aumentos de capital, emitir ações nominativas ordinárias e preferenciais ou somente de um tipo, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se, quanto às ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, o limite de 50% do total das ações emitidas. **Artigo 7º.** A cada ação ordinária nominativa corresponde o direito a 1 voto, nas deliberações das assembleias gerais dos acionistas. **Artigo 8º.** As ações preferenciais nominativas não terão direito a voto. **Artigo 9º.** É assegurado às ações ordinárias e preferenciais o recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício. **Artigo 10.** As ações ordinárias poderão, ainda, ser convertidas em ações preferenciais, a qualquer tempo, à vontade de seus titulares, respeitado o limite estabelecido no parágrafo 2º do Artigo 15 da Lei 6.404/76, de 15.12.76. **Artigo 11.** As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade. **Artigo 12.** As ações preferenciais têm, ainda, o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas distribuições de lucros, sob a forma de bonificações ou a qualquer outro título, bem como nas capitalizações de lucros ou reservas, inclusive nos casos de reavaliação do ativo. **Artigo 13.** A sociedade poderá adquirir suas próprias ações com permanência em tesouraria, para posterior alienação ou cancelamento. **Artigo 14.** Na hipótese de alienação de ações, de qualquer acionista, os demais terão direito de preferência, na aquisição, na proporção de suas participações na sociedade. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 15.** A Assembleia Geral, com a competência prevista em lei, reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 16.** A Assembleia Geral será convocada pelos Diretores ou, se for o caso, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, na forma do Artigo 123 da Lei nº 6.404/76, de 15.12.76. **Artigo 17.** As Assembleias Gerais serão dirigidas por um Presidente, acionista, eleito pelos presentes. Ao Presidente da Assembleia caberá a escolha do secretário. **Artigo 18.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria dos votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 19.** Os representantes legais e os procuradores constituídos deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da sociedade antes da reunião. **Capítulo IV – Da Administração da Companhia. Da Diretoria. Artigo 20.** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 e, no máximo, 4 membros, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela assembleia geral para exercerem seus mandatos pelo prazo de 2 anos, admitida a reeleição, sendo designados um como Diretor Presidente e os demais como Diretores. **Parágrafo único:** Os membros da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **Artigo 21.** A remuneração global da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os seus membros será determinada em reunião da Diretoria realizada para esse fim. **Artigo 22.** Os diretores eleitos serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas da Diretoria, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos. **Artigo 23.** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos membros da Diretoria, não superior a 60 dias, os demais acumularão as atribuições do ausente ou impedido. Na hipótese de ser o Diretor Presidente, as suas funções serão exercidas em conjunto por dois Diretores, ou por um Diretor e um procurador. **Artigo 24.** Nos casos de renúncia, morte ou impedimento definitivo de qualquer Diretor, os diretores remanescentes designarão, entre si, um substituto provisório até a realização da próxima Assembleia Geral; se ocorrer a vacância da maioria ou de todos os cargos da Diretoria, a Assembleia Geral será imediatamente convocada para eleger os substitutos definitivos que irão completar os mandatos dos substituídos. **Artigo 25.** Compete aos diretores a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da companhia, bem como a prática de todos os demais atos de administração da sociedade. § 1º Compete, no entanto, de forma individual e exclusiva, ao Diretor Presidente, os atos relativos à assinatura de cheques e notas promissórias, aceite e endosso de letras de câmbio, caução de títulos e/ou direitos creditórios, empréstimos, assunção contratual de obrigações, constituição de penhor e hipoteca sobre bens do ativo da Companhia, dar bens móveis e imóveis em alienação fiduciária e alienação de bens imóveis em geral. § 2º Aos demais Diretores serão atribuídos encargos de administração dos negócios sociais da Companhia de conformidade com o que for deliberado em reunião da diretoria, especialmente convocada para esse fim, sem exclusão de iguais poderes ao Diretor Presidente. **Artigo 26.** Os membros da diretoria poderão nomear procuradores ou mandatários, sendo que nos instrumentos de procurações deverão constar os atos e as operações que os mandatários poderão praticar, e a duração do mandato não poderá ser superior a um ano, salvo no caso de mandato com poderes gerais para o foro, que poderá ser por prazo indeterminado. **Artigo 27.** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito, a prestação de avais, fianças, endossos ou outras garantias de favor, ou quaisquer atos praticados pelos diretores ou procuradores da sociedade desde que estranhos aos objetivos sociais ou aos negócios da sociedade, a menos que tais atos tenham sido previamente aprovados pela maioria do capital social. **Artigo 28.** A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação de qualquer Diretor, devendo as deliberações serem tomadas pela maioria de votos dos presentes, e constará de ata lavrada em livro próprio. Em caso de empate, prevalecerá sempre o voto do Diretor Presidente. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo 29.** A companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, e que funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido dos acionistas, nos termos da lei. § 1º Os membros do Conselho Fiscal perceberão os honorários fixados pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal exercerá as atribuições e os poderes conferidos pela lei, e estabelecerá, por deliberação majoritária, o respectivo regimento interno. **Capítulo VI – Do Exercício Social, das Demonstrações Financeiras e da Distribuição de Resultados. Artigo 30.** Anualmente, no dia 31 de dezembro, a sociedade encerrará o seu exercício social, ocasião em que será levantado o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras previstas em lei, observando-se, quanto ao resultado, as seguintes disposições: a) do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda; b) do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal que não excederá a 20% do capital social; c) 5% do lucro líquido, pelo menos, para pagamento de dividendos. § 1º Havendo saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral. § 2º Sem prejuízo do balanço patrimonial previsto no "caput" deste artigo, a sociedade poderá, sempre que necessário, levantar balanços extraordinários. **Capítulo VII – Da Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 31.** A sociedade entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou por deliberação da assembleia geral, cabendo a esta estabelecer sobre o prazo e modo de liquidação, bem como eleger os liquidantes e o conselho fiscal, se for o caso, e fixar a respectiva remuneração. **Capítulo VIII – Da Disposição Geral. Artigo 32.** Os casos omissos serão regulados de acordo com a legislação aplicável às sociedades anônimas e, se for o caso, pelas normas que disciplinam o mercado de capitais. Registro JUCISRS-RS nº 7523561 em 20/01/2021. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário Geral. Registro JUCESP 35.300.600.231 em 06/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.300.446.666

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático de Distribuição, da Estok Comércio e Representações S.A.

Nos termos do artigo 71 e parágrafos seguintes e do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("**Resolução CVM 81**"), ficam os titulares das debêntures em circulação ("**Debenturistas**") objeto da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, da **Estok Comércio e Representações S.A. ("Debêntures", "Emissão" e "Companhia"**, respectivamente), nos termos das cláusulas 13.2.1 e 13.2.2 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Estok Comércio e Representações S.A.", celebrado em 13 de dezembro de 2024, entre a Companhia e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, bairro Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, representando a comunidade dos interesses dos Debenturistas ("**Agente Fiduciário**"), tendo o Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobyly S.A.), a Mobyly Serviços de Intermediação Ltda. (anteriormente denominada Mobyly Tech Ltda.), a Mobyly Comércio Varejista Ltda. e a Mobyly Hub Transportadora Ltda., fiadoras ("**Fiadoras**") e "**Escritura de Emissão**", respectivamente, convocados para se reunirem em assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada **exclusivamente de forma digital e remota**, em primeira convocação, no dia 26 de maio de 2026, às 14:00 horas, por meio da plataforma **Microsoft Teams ("AGD" e "Plataforma"**, respectivamente), que será considerada como realizada na sede da Companhia, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia ("**Edital**"): (i) A sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático das Debêntures, instaurados em decorrência do ajuizamento, em 12 de maio de 2026, de pedido de recuperação judicial da Emissora e das Fiadoras, nos termos da Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, autuado sob o nº 4080549-12.2026.8.26.0100, perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo ("Recuperação Judicial"), nos termos da Cláusula 10.1.1, item (i), da Escritura de Emissão; (ii) A contratação de escritório de advocacia para a representação do Agente Fiduciário, em benefício dos interesses e direitos dos Debenturistas, podendo atuar no âmbito judicial e/ou extrajudicial, inclusive na Recuperação Judicial, para negociação, defesa, proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas, e, em especial, para recuperação do crédito, nos termos da(s) proposta(s) de honorários a ser(em) apresentada(s) no momento da realização da Assembleia e/ou aos Debenturistas; (iii) A eventual adesão do Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunidade dos Debenturistas da Emissão, aos termos do Plano de Recuperação Judicial, para homologação, e seus posteriores e eventuais aditamentos, para recebimento do crédito decorrente da Escritura de Emissão na forma ali prevista, e, consequentemente, a autorização para que o Agente Fiduciário e o Assessor Legal, pratiquem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à implementação das deliberações referentes ao Plano de Recuperação Judicial, observadas as suas condições precedentes; (iv) Deliberar sobre a prática de atos de cunho estratégico para proteção dos interesses dos Debenturistas, inclusive no âmbito da Recuperação Judicial ou eventual outro processo; (v) A criação de mecanismo de aporte para constituição de Fundo de Despesas para, caso e quando necessário, fazer frente às despesas necessárias para manutenção da Emissão, incluindo, mas não se limitando, às despesas para custeio de eventuais medidas a serem adotadas no âmbito judicial e/ou extrajudicial por assessor legal contratado, a fim de proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ("Aporte de Recursos"), nos termos a serem oportunamente comunicados pelo Agente Fiduciário; (vi) A celebração, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, de aditamento à Escritura de Emissão e demais Documentos da Operação, conforme aplicável, para refletir as deliberações da presente assembleia; e (vii) A renúncia recíproca (waiver), para que tenha vigência enquanto a Emissora e as Fiadoras estiverem adimplentes com o plano de recuperação judicial a ser apresentado oportunamente nos autos da Recuperação Judicial, a quaisquer medidas de execução, excussão, consolidação de propriedade ou realização de garantias constituídas no âmbito da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à alienação fiduciária do imóvel objeto da matrícula nº 1.073, registrada perante o Cartório de Registro Civil e de Imóveis de Paraty, Estado do Rio de Janeiro ("**Alienação Fiduciária**"), bem como quaisquer atos preparatórios ou tendentes à implementação de tais medidas, inclusive notificações, intimações ou procedimentos extrajudiciais, autorizando-se, se o caso, o Agente Fiduciário a se abster da prática de tais atos, sem que tal abstenção configure descumprimento da Escritura de Emissão ou enseje qualquer responsabilidade ao Agente Fiduciário, ainda que com fundamento em eventos diretos ou indiretos relacionados à Recuperação Judicial, ficando, ainda, consignado que a Recuperação Judicial, no contexto das presentes deliberações, não será considerado inadimplemento da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária ou quaisquer documentos da Emissão. **Informações Gerais.** A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital através de sistema eletrônico Microsoft Teams, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio prévio dos seguintes documentos para o endereço eletrônico do Agente Fiduciário "**isp@vortex.com.br** e **claims@vortex.com.br**" e para a Companhia "**ri@mobly.com.br**", com o seguinte assunto "**Documentos de Representação – AGD DEB STOK (STOK11)**" preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, sendo admitido até o horário estipulado para abertura dos trabalhos da Assembleia, observado o disposto na Resolução CVM 81: (i) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Debenturista; (ii) quando pessoa jurídica, (a) cópia digitalizada do último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) cópia digitalizada do último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iv) quando for representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais, a qual não poderá ter sido outorgada há mais de 1 (um) ano, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante, caso a procuração não tenha reconhecimento de firma ou abono bancário, sendo certo que, no caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de Instrução de Voto, conforme previsto abaixo, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (v) caso qualquer dos Debenturistas seja parte em operações compromissadas, além dos documentos listados acima, conforme aplicável, será necessário o envio (a) da tela CETIP; e (b) e-mail do Debenturista aos endereços acima contendo (1) a indicação do ativo; e (2) a declaração, em texto corrido do e-mail, de que realizou a operação compromissada e que o Debenturista permanece com os direitos políticos do ativo. Os termos em letras maiúsculas que não se encontram aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à AGD. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas da Companhia (<https://investors.grupotoky.com.br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>) e da B3 (<https://b3.com.br>) na rede mundial de computadores. São Paulo, 18 de maio de 2026. **Estok Comércio e Representações S.A.** (16, 19 e 20/05/2026)

Coroa (Suécia) - 0,5365

Dólar (EUA) - 5,0654

Franco (Suíça) - 6,4388

Iene (Japão) - 0,03192

Libra (Inglaterra) - 6,7532

Peso (Argentina) - 0,00363

Peso (Chile) - 0,005586

Peso (México) - 0,2918

Peso (Uruguai) - 0,1264

Yuan (China) - 0,7439

Rublo (Rússia) - 0,06954

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,89

NEGÓCIOS

Anvisa mantém proibição a Ypê e determina plano para devolução gradual de produtos



A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) decidiu nesta sexta-feira (15) manter o veto ao uso, venda e fabricação de detergentes, sabão líquido e desinfetantes da Ypê que têm lote terminando com o número 1. Os produtos são feitos em Amparo (SP).

A agência orienta que a população guarde os produtos e espere orientação da Ypê sobre o recolhimento dos lotes. A agência decidiu flexibilizar a ordem de retirada dos itens que já foram vendidos. A Ypê irá apresentar um plano de mitigação de riscos e de recolhimento escalonado.

Como a Folha de S.Paulo mostrou, a fabricante começou a reembolsar clientes que entraram em contato com o SAC (Serviço de Aten-

dimento ao Consumidor), sem exigência de nota fiscal.

O presidente da Anvisa, Leandro Safatle disse que se mantém a "inequívoca configuração de risco sanitário elevado, associado a falhas sistêmicas de boas práticas de fabricação" da empresa.

A Anvisa ainda julgará, em outra reunião, o mérito do recurso da Ypê. O debate desta sexta (15) se limitou à retirada de uma suspensão automática das restrições que ocorre quando o recurso é apresentado.

"A adoção de um plano escalonado de recolhimento previamente autorizado pela autoridade sanitária permite não apenas maior controle como assegura que medidas sejam conduzidas de forma organizada, transparente e efetiva", disse Safatle.

Durante a votação, Safatle afirmou que a inspeção feita no fim de abril localizou "deficiências estruturais e operacionais" e incapacidade da empresa de cumprir regras da Anvisa. O conjunto das evidências mostram comprometimento sistêmico", em vez de "desvios pontuais", afirmou.

O presidente da Anvisa disse que a Ypê foi alvo de medidas em 2008, 2024, 2025 e 2026 envolvendo possíveis falhas de controle de qualidade de lotes da empresa.

"Não é a primeira vez que a Anvisa adota medidas contra a empresa. Demonstra que a agência atua de forma contínua e preventiva sempre que identifica possíveis riscos à saúde da população".

CNN

Cyrela vê mercado positivo em 2026, apesar de queda esperada em lançamentos

A Cyrela está observando um mercado positivo em 2026, mas com níveis similares aos de 2025 e com desafios no setor, disse o diretor financeiro Miguel Mickelberg em teleconferência com analistas, nesta sexta-feira (15), após divulgação do balanço do primeiro trimestre na véspera.

"O mercado está bem e está absorvendo bastante o que nós estamos fazendo", afirmou o CFO, destacando que o grupo deve ter um volume de lançamentos ligeiramente inferior ao observado em 2025.

Durante a conferência, o diretor copresidente Raphael Horn declarou que espera um ganho de

market share no segmento de média e alta renda "ao menos no curto prazo".

Segundo o balanço financeiro, a construtora registrou lucro líquido no primeiro trimestre de R\$ 297 milhões, queda de 9% sobre o desempenho de um ano antes.

A empresa apurou uma receita líquida de R\$ 2 bilhões no período, crescimento de 4% na mesma comparação.

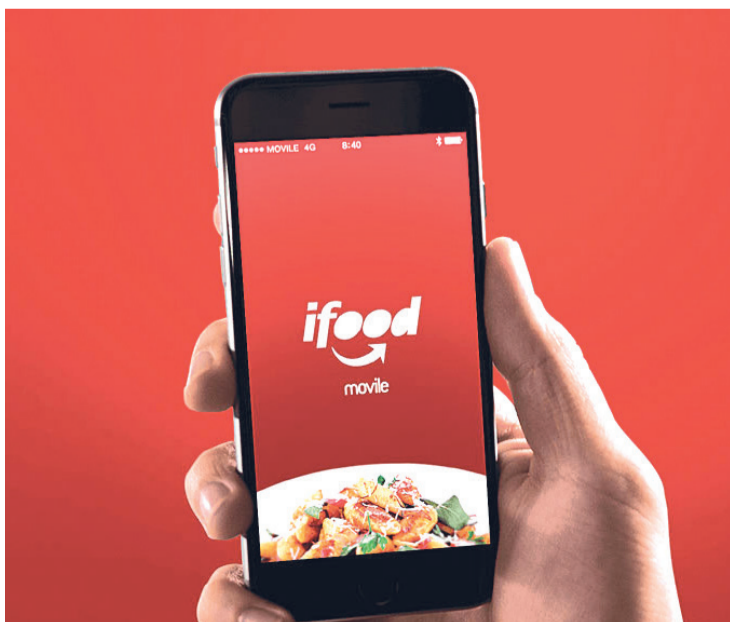
Analistas, em média, esperavam lucro líquido de R\$ 394 milhões para a Cyrela no primeiro trimestre, sob receita líquida de R\$ 2,2 bilhões, segundo médias de previsões de analistas compiladas pela LSEG.

CNN



CNN

CEO do iFood Benefícios: Quem que não se adaptar a IA perde competitividade



Em entrevista ao CNN Money, o CEO do iFood Benefícios, Arthur Freitas, afirmou que empresas que não se adaptarem a mudanças derivadas da inteligência artificial tendem a perder vantagem competitiva nos próximos anos.

"Eu vejo IA como uma ferramenta de eficiência. [...] As empresas que não conseguirem de fato se adequar a uma realidade em que existe uma ferramenta que permite propulsionar muito mais o seu negócio e

permitir que esse negócio seja muito mais eficiente vão perder vantagem competitiva", afirmou Freitas.

O executivo ainda apontou que, durante a Brazil Week, a IA aparece como um dos principais temas em discussão, tanto para entender tendências globais quanto para avaliar como a América Latina e o mundo tem reagido às novas tecnologias.

Na visão da companhia, a inteligência artificial deve ser encarada principalmente como uma ferramenta

para ampliar produtividade e inteligência operacional.

"Precisamos entender que hoje existem ferramentas que permitem que as empresas sejam construtoras, que construam coisas", ponderou o CEO do iFood.

"Hoje, as pessoas vão conseguir criar e construir sem necessariamente precisar de uma habilidade técnica, e isso escala completamente a capacidade de construção dentro das empresas", explicou.

CNN